



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mobiliário para as salas da Presidência, Direção-Geral, e Sala de Reuniões do 10º andar do Edifício Sede do TRE-SC, conforme especificações e projetos anexos.

2. Fundamentação da Contratação

Esta contratação atende à solicitação da Administração para revitalizar o 10º andar do Edifício Sede do TRE-SC, visando a modernização do espaço a ser ocupado pelos gabinetes da Presidência e da Direção-Geral, assim como das Assessorias. E tem por finalidade a aquisição de mobiliário para os espaços anteriormente citados. Esta aquisição compõe um conjunto de iniciativas que tem por objetivo proporcionar aos servidores e colaboradores, um ambiente de trabalho adequado, em boas condições, para o melhor desempenho de suas funções. Busca-se a otimização do espaço físico com a instalação de móveis e equipamentos específicos, que propiciem o adequado funcionamento dos setores, dentro das condições exigidas de conforto, segurança e higiene.

3. Descrição da solução

As especificações completas dos objetos estão descritas a seguir.

Id.	Características Técnicas
1	<p>BALCÃO PRESIDÊNCIA Quantidade: 01</p> <p>Dimensões</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Altura total do móvel: 80 cm▪ Largura total do móvel: 150 cm▪ Profundidade total do móvel: 45 cm▪ Altura total do balcão: 80 cm▪ Largura total do balcão: 150 cm▪ Profundidade total do balcão: 45 cm▪ Altura total da base: 15 cm▪ Largura total da base: 150 cm▪ Profundidade total da base: 45 cm <p>Características técnicas TAMPO Balcão tipo armário baixo, com caixaria do móvel em MDF 18 mm, na cor Cinza Fóssil, Linha Velluto, Duratex. Com estrutura interna e prateleiras em MDF 18 mm na cor Branco Diamante, Linha Essencial, Duratex. Com três portas de giro, com pega passante superior, tampo recuado em 2 cm e bordas tipo bandeja, com acabamentos laterais em ½ esquadria. Fixação do tampo na estrutura com parafusos.</p> <p>PÉS Base do móvel em serralheria com acabamentos em ½ esquadria, na cor preto fosco com pintura eletrostática ou epóxi. Estruturas com pernas de seção quadrada e/ou retangular em aço tubular</p>



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<p>SAE 1010/1020, com dimensões aproximadas de 20x20x1,20 a 1,50 mm de espessura, travessa superior em seção quadrada e/ou retangular em aço tubular SAE 20x20x1,20 a 1,50 mm de espessura mínima. Todas as partes metálicas com tratamento anticorrosivo, unidas às estruturas laterais e centrais através de parafusos e porcas tipo M6.</p> <p>CORES</p> <p>Móvel em cinza claro, com parte interna branca e base do móvel em preto fosco.</p>
2	<p>MESA PRESIDÊNCIA</p> <p>Quantidade: 01</p> <p>Dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Altura total da mesa: 76 cm▪ Largura total da mesa: 220 cm▪ Profundidade total da mesa: 80 cm▪ Altura total da saia: 30 cm▪ Largura total do tampo: 220 cm▪ Profundidade total do tampo: 80 cm▪ Altura total da base: 74 cm▪ Largura total da base: 200 cm▪ Profundidade total da base: 60 cm▪ Espessura mínima do tampo: 2 cm <p>Características Técnicas</p> <p>TAMPO</p> <p>Mesa de trabalho retangular, com gavetas internas em marcenaria, tampo em mármore Branco Paraná, com espessura de 2 cm. Com bordas arredondadas de 10 cm de raio, saia de 30 cm, recuada em 5 cm em relação ao tampo, nas partes frontal e laterais.</p> <p>PÉS</p> <p>Base em serralheria, com acabamento em ½ esquadria e pintura eletrostática ou epóxi na cor preto fosco. Estruturas com pernas de seção quadrada e/ou retangular em aço tubular SAE 1010/1020, com dimensões aproximadas de 50x20x1,20 a 1,50 mm de espessura, travessa superior e inferior em seção quadrada e/ou retangular em aço tubular SAE 50x20x1,20 a 1,50 mm de espessura mínima. Todas as partes metálicas com tratamento anticorrosivo, unidas às estruturas laterais e centrais através de parafusos e porcas tipo M6.</p> <p>GAVETEIROS</p> <p>Duas gavetas na parte interna da mesa, com dimensões de 40x40x19 cm (LxPxA), caixaria em MDF 18 mm, na cor Cinza Fóssil, Linha Velluto, Duratex. Estrutura interna e prateleiras em MDF Branco Diamante, Linha Essencial, Duratex, com puxador tipo cava, feito no próprio MDF. Fixação do tampo na estrutura com parafusos.</p> <p>CORES</p> <p>Tampo em mármore Branco Paraná polido, gavetas em MDF cinza claro, e base do móvel na cor preto fosco.</p>
3	<p>MESA DIREÇÃO GERAL</p> <p>Quantidade: 01</p> <p>Dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Altura total da mesa: 76 cm▪ Largura total da mesa: 220 cm▪ Profundidade total da mesa: 80 cm▪ Altura total da saia: 30 cm▪ Largura total do tampo: 220 cm



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<ul style="list-style-type: none">▪ Profundidade total do tampo: 80 cm▪ Altura total da base: 74 cm▪ Largura total da base: 200 cm▪ Profundidade total da base: 60 cm▪ Espessura mínima do tampo: 2 cm <p>Características Técnicas</p> <p>TAMPO</p> <p>Mesa de trabalho retangular, com gavetas internas em marcenaria, tampo em granito Preto Via Láctea, com espessura de 2 cm. Com bordas arredondadas de 10 cm de raio, saia de 30 cm, recuada em 5 cm em relação ao tampo, nas partes frontal e laterais.</p> <p>PÉS</p> <p>Base em serralheria, com acabamento em ½ esquadria e pintura eletrostática ou epóxi na cor preto fosco. Estruturas com pernas de seção quadrada e/ou retangular em aço tubular SAE 1010/1020, com dimensões aproximadas de 50x20x1,20 a 1,50 mm de espessura, travessa superior e inferior em seção quadrada e/ou retangular em aço tubular SAE 50x20x1,20 a 1,50 mm de espessura mínima. Todas as partes metálicas com tratamento anticorrosivo, unidas às estruturas laterais e centrais através de parafusos e porcas tipo M6.</p> <p>GAVETEIROS</p> <p>Duas gavetas na parte interna da mesa, com dimensões de 40x40x19 cm (LxPxAl), caixaria em MDF 18 mm, na cor Cinza Fóssil, Linha Velluto, Duratex. Estrutura interna e prateleiras em MDF Branco Diamante, Linha Essencial, Duratex, com puxador tipo cava, feito no próprio MDF. Fixação do tampo na estrutura com parafusos.</p> <p>CORES</p> <p>Tampo em granito Preto Via Láctea polido, gavetas em MDF cinza claro, e base do móvel na cor preto fosco.</p>
4	<p>APARADOR DIREÇÃO GERAL</p> <p>Quantidade: 01</p> <p>Dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Largura do aparador: 300 cm▪ Profundidade do aparador: 50 cm▪ Altura total do aparador: 90 cm▪ Largura do móvel: 300 cm▪ Profundidade do móvel: 48 cm▪ Altura total do móvel: 20 cm▪ Largura da base: 260 cm▪ Profundidade da base: 50 cm▪ Altura total da base: 80 cm <p>Características Técnicas</p> <p>TAMPO</p> <p>Aparador com quatro gavetas em marcenaria, caixaria em MDF 18 mm, na cor Freijó Puro, Linha Essencial Wood, Duratex, com pega passante superior, tampo recuado em 2 cm e bordas tipo bandeja, com acabamentos laterais em ½ esquadria.</p> <p>PÉS</p> <p>Base em serralheria, com acabamento em ½ esquadria e pintura eletrostática ou epóxi na cor preto fosco, recuada nas laterais em 20 cm da caixaria e passando defronte a esta 10 cm. Estruturas com pernas de seção quadrada e/ou retangular em aço tubular SAE 1010/1020, com dimensões aproximadas de 70x20x1,20 a 1,50 mm de espessura, travessa superior e inferior em seção quadrada e/ou retangular em aço tubular SAE 70x20x1,20 a 1,50 mm de espessura mínima.</p>



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	<p>Todas as partes metálicas com tratamento anticorrosivo, unidas às estruturas laterais e centrais através de parafusos e porcas tipo M6.</p> <p>CORES</p> <p>Tampo, caixaria e gavetas em MDF madeirado, estrutura interna em branco e base na cor preto fosco.</p>
5	<p>APARADOR SALA DE REUNIÕES</p> <p>Quantidade: 01</p> <p>Dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Altura total do aparador: 92 cm▪ Largura total do aparador: 330 cm▪ Profundidade total do aparador: 42 cm▪ Largura do tampo: 330 cm▪ Profundidade do tampo: 40 cm▪ Altura total do tampo: 10 cm▪ Largura da base: 270 cm▪ Profundidade da base: 42 cm▪ Altura total da base: 87 cm <p>Características Técnicas</p> <p>TAMPO</p> <p>Aparador para sala de reuniões. Estrutura em granito Preto Via Láctea polido, com espessura de 2 cm, com acabamento em ½ esquadria.</p> <p>PÉS</p> <p>Base em serralheria, com acabamento em ½ esquadria e pintura eletrostática ou epóxi na cor preto fosco, recuada nas laterais em 30 cm da caixaria e passante na parte frontal, em 5 cm. Estruturas com pernas de seção quadrada e/ou retangular em aço tubular SAE 1010/1020, com dimensões aproximadas de 70x20x1,20 a 1,50 mm de espessura, travessa superior e inferior em seção quadrada e/ou retangular em aço tubular SAE 70x20x1,20 a 1,50 mm de espessura mínima. Todas as partes metálicas com tratamento anticorrosivo, unidas às estruturas laterais e centrais através de parafusos e porcas tipo M6.</p> <p>CORES</p> <p>Tampo em granito Preto Via Láctea polido e pés em preto fosco.</p>

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Documento juntado no PAE n. 27.038/2024.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Materiais

- MDF com revestimento melamínico de baixa pressão (BP) nas duas faces, chapas de dimensões aproximadas de 1850 x 2750mm, com certificação Painéis E1, proteção antibacteriana e antiviral Protekto Plus, produzido através de madeiras de reflorestamento certificadas pelo FSC. Referências (padrões de cor por marca): Branco Diamante - linha Acetinatta, Cinza Sagrado



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- linha Essencial, Cinza Fóssil - linha Velluto e Freijó Puro - linha Essencial Wood, todos da Duratex ou similar.
- Dobradiça tipo caneco com amortecedor integrado no braço, com ângulo de abertura 105°, em aço inox 304. Referência: modelo Metalla 330-I, da Hafele ou similar.
- Corrediça invisível para gavetas, com capacidade de carga mínima de 30kg, em aço zincado, com fechamento suave (amortecimento). Referência: modelo Matrix Invisa A30 GT3, da Hafele ou similar.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

3.3. Códigos SIASG

- 13200

4. Requisitos da contratação

3.1 Requisitos Funcionais

- Ergonomia e conforto na utilização.
- Segurança ao uso.

3.2 Requisitos Não Funcionais

- Padrão estético adequado ao ambiente de trabalho.
- Qualidade de acabamento do mobiliário.
- Durabilidade e vida útil.
- Economicidade.

3.3 Requisitos Externos

As normas técnicas a serem atendidas nos serviços estão elencadas abaixo:

- Resolução CONAMA 267/2000 - Dispõe sobre a proibição da utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio.
- Decreto n. 10.936/2022 – Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
- ABNT NBR 9050:2020 versão corrigida 2021 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- NBR 10443:2023 Pintura industrial — Determinação da espessura da película seca sobre superfícies metálicas ferrosas e não ferrosas.
- NBR 11003:2023 Pintura industrial — Determinação da aderência pelos métodos de corte na pintura.
- NBR 8095:2015 Material metálico revestido e não revestido: Corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada — Método de ensaio.
- NBR 17088:2023 Corrosão por exposição à névoa salina — Métodos de ensaio.
- NBR13966:2008 Móveis para escritório: Mesas — Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3.4 Requisitos de Garantia

- Garantia mínima de 1 (um) ano.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos

Os móveis deverão ser produzidos e entregues no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento do contrato, devidamente assinado pelo representante do TRE-SC.

Se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório, os produtos deverão ser substituídos e/ou o serviço refeito no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

Após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, caso os produtos venham a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído – por ação ou omissão – o TRESC, os mesmos deverão ser substituídos no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os móveis serão entregues no 10º pavimento do Edifício Sede do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, situado na Rua Esteves Júnior, 68 - Centro - Florianópolis/SC.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

- a) O recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) O recebimento definitivo dar-se-á em até 20 (vinte) dias após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

5.4. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

A CONTRATADA deve prestar garantia dos móveis por, no mínimo, 1 (um) ano, contados a partir do recebimento definitivo.

É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 92, XIII, da Lei nº 14.133/2021 e o art. 12 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto.

5.7. Obrigações da Contratante

5.7.1 autorizar o início dos serviços.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.7.2 efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, preço e prazo estabelecidos no instrumento contratual, e vinculados à entrega dos produtos e serviços pela empresa CONTRATADA, a partir da aprovação pelo CONTRATANTE.

5.8.3 sustar a execução de quaisquer trabalhos, por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que justifique tal medida.

5.8.4 emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.

5.8.5 exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nesta contratação.

5.8. Obrigações da Contratada

5.8.1. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.8.2. Entregar os produtos conforme condições estipuladas no Termo de Referência e com os projetos disponibilizados pela Seção de Engenharia e Arquitetura (SEEA), no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC.

5.8.2.1. Os mobiliários deverão ser entregues no turno matutino, em horário previamente agendado junto à Seção de Engenharia e Arquitetura SEEA/CI/TRESC, pelo e-mail ci-seea@tre-sc.jus.br, sendo transportados até o local de montagem pelo elevador de serviço. Poderá haver necessidade de desmontagem/remontagem em função do transporte.

5.8.3. Entregar os produtos no local indicado no item 5.2, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

5.8.4. Substituir o produto e/ou refazer os serviços no prazo máximo de 20 (vinte) dias, se constatada qualquer irregularidade no recebimento provisório;

5.8.4.1. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;

5.8.5. Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes da substituição do produto.

5.8.6. Substituir, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, o(s) produto(s) que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venham a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que, para a sua ocorrência, não tenha contribuído – por ação ou omissão – o TRESC;

5.8.7. Fornecer todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita entrega dos produtos.

5.8.8. Assegurar que os empregados trabalhem uniformizados e com crachá de identificação durante a entrega dos produtos.

5.8.9. Empregar todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários à entrega dos produtos dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, mesmo os eventualmente não mencionados, nem especificados ou não indicados em desenhos ou tabelas de acabamento ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à sua completa e perfeita realização, responsabilizando-se pela reposição dos materiais danificados em virtude da má fabricação dos produtos, incluindo aqueles necessários ao seu refazimento.

5.8.10. Entregar os produtos de acordo com as normas de segurança do trabalho, adotando os procedimentos necessários para a segurança dos trabalhadores, incluindo a utilização obrigatória dos equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece.

5.8.11. Fabricar os produtos em conformidade com as recomendações das normas da ABNT, INMETRO e demais legislações vigentes.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.8.12. Fabricar os produtos de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, utilizando inclusive mão de obra especializada, se necessária, bem como manter as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental.

5.8.13. Reportar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a entrega dos produtos e o bom andamento das atividades.

5.8.14. Recolher todo o material resultante das atividades, destinar corretamente os materiais recicláveis e realizar o descarte ecologicamente correto dos resíduos não recicláveis, obedecendo as recomendações da Resolução CONAMA n. 307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução CONAMA n. 469, de 29.7.2015, que altera o art. 3º da Res. CONAMA n. 307:2002.

5.8.15. Responder pela guarda e preservação de seus materiais e equipamentos durante todo o serviço até a sua entrega.

5.8.16. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia anuência da SEEA/CI/TRESC.

5.8.17. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados.

5.8.18. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como pela indenização que porventura daí se originar e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecerem.

5.8.19. Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no PAE n. 27.038/2024.

5.8.20. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados.

5.8.21. Reconstituir locais e/ou objetos que forem danificados, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021: *“O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado”*.

5.8.22. Zelar pelo patrimônio público, bem como manter respeito para com os servidores, visitantes e funcionários de empresas que prestam serviços nas dependências onde os serviços serão executados.

5.8.23. Proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável.

5.8.24. Assumir total responsabilidade pela entrega de todos os produtos constantes do Contrato, respondendo, ainda, pela perfeição, segurança, qualidade e solidez dos produtos entregues.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a este contrato.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a este contrato.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica a este contrato.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico e administrativo;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexecução ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico;

f) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Seção de Engenharia e Arquitetura
Fiscal técnico	Seção de Engenharia e Arquitetura
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.3. Instrumentos Formais

A contratação será formalizada por meio de instrumento de contrato.

6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da entrega dos produtos, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio do Gestor e do Fiscal Técnico, ou, na sua ausência, dos seus substitutos.

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura SEEA/CI/TRESC, pelo e-mail ci-seea@tre-sc.jus.br.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Não aplica a esta contratação.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

Recomenda-se que esta contratação seja licitada e adjudicada globalmente, em razão da padronização necessária à composição/padronização do ambiente e economicidade da contratação.

9.2. Seleção do fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os proponentes ou licitantes habilitados e classificados.

O licitante classificado em primeiro lugar deve indicar a marca e a especificação completa dos produtos indicados no subitem 3.2 deste Termo de Referência, que serão utilizados na execução do contrato.

Deve ser indicada apenas UMA marca e linha por material, pois a apresentação de mais de uma marca configura alternativa de proposta, dando ensejo à sua desclassificação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, considerando a natureza do objeto, deverá ser exigido, um ou mais atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de objeto similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é bem comum, oferecido por diversos fornecedores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

Item	Descrição resumida	Quant.	Custo Unitário Médio (R\$)	Custo Total Estimado (R\$)
1	Balcão	1	2.967,00	2.967,00
2	Mesa Presidência	1	7.824,00	7.824,00
3	Mesa Direção- Geral	1	5.774,00	5.774,00
4	Aparador Direção- Geral	1	6.314,00	6.314,00
5	Aparador Reuniões	1	4.640,00	4.640,00
			VALOR ESTIMADO TOTAL	R\$27.519,00

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Anexo I

Item 13: Mobiliário - OEAC1, OEPI2, OEPI3 e SGP3

11.2. Plano de Logística Sustentável

Esta contratação está alinhada com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, pois abrange a utilização de requisitos técnicos de produção sustentável na escolha de materiais e a exigência da destinação correta dos resíduos, de acordo com as diretrizes do CONAMA.

Os serviços prestados pela Contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Contratante.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela Contratada:

- substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- racionalização e economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- c) reciclagem e destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- d) descarte adequado, da forma ecologicamente correta e em conformidade com as legislações ambiental e sanitárias vigentes

A Contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a mitigação e redução de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores envolvidos na prestação dos serviços.

11.3. Outros instrumentos

Não se aplica a esta contratação.

12. Adequação orçamentária

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
02.122.0033.20GP.0042	4.4.90.52	R\$ 27.519,00
Total		R\$27.519,00

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

- a) advertência;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas "b" a "e" do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

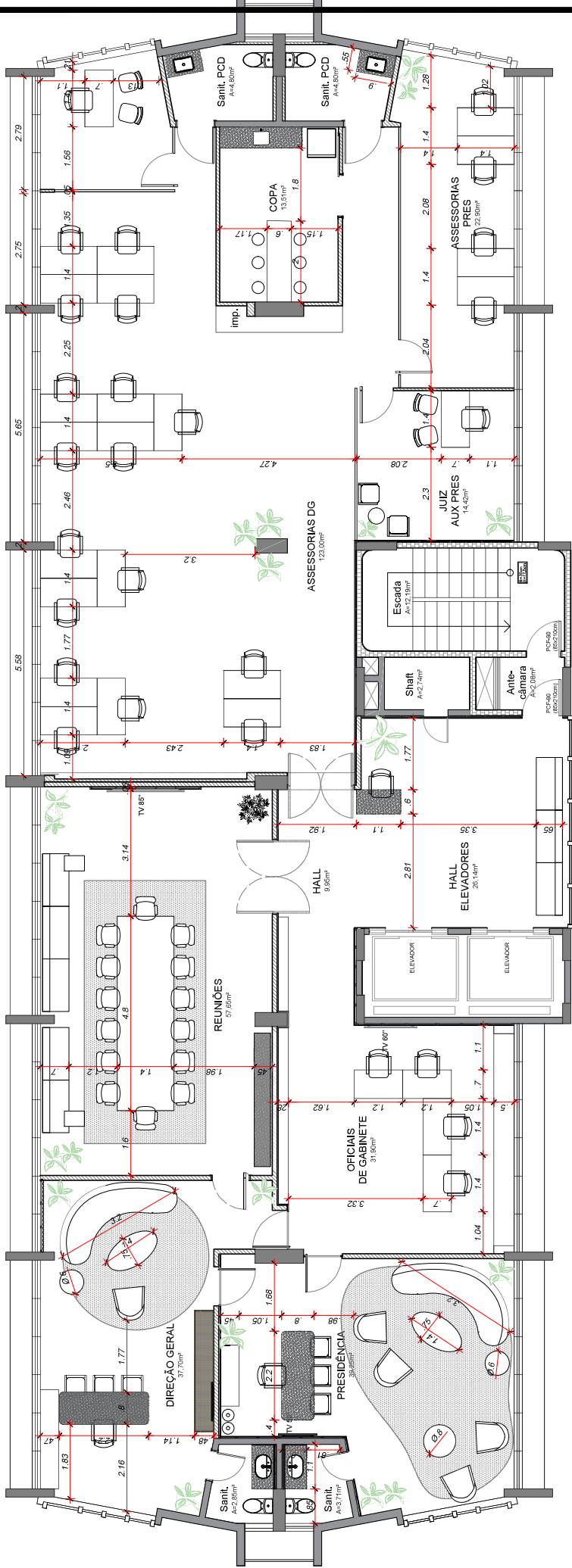
13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



1 PLANTA DE LAYOUT
ESCALA: 1/100

OBSERVAÇÕES

1. Todas as medidas estão em metros.
2. A empresa contratada para execução deste projeto deverá conferir "in loco" todas as dimensões.
3. A empresa contratada para execução deste serviço responsabilizar-se-á pela completa execução e funcionalidade.
4. Todos os acabamentos devem ser do tipo $\frac{1}{2}$ esquadria, quando possível.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



LOCAL
PRÉDIO SEDE - 10º ANDAR
RUA ESTEVES JÚNIOR, 68 - CENTRO - FLORIANÓPOLIS/SC

PROJETO EXECUTIVO
PROJETO DE REVESTIMENTOS
PLANTA DE LAYOUT

SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

PROPRIETÁRIO

Palmyra Farnazzo Reis Repette
CREA-SC: 085.995-2

Gabriela Fontana
Técnica Judiciária

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
CNPJ: 06.898.810/0001-08

ESCALA

INDICADA

REVISÃO

03

DATA
Outubro 2024

ARQUIVO

DESENHO DETALHAMENTO USUÁRIO

PRINCHA

01/07



1. Todas as medidas estão em centímetros.
2. A empresa contratada para execução deste projeto deverá conter "in loco" todas as dimensões.
3. A empresa contratada para execução deste serviço responsabilizar-se-á pela completa execução e funcionalidade.
4. Todas as medidas estão especificados no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos

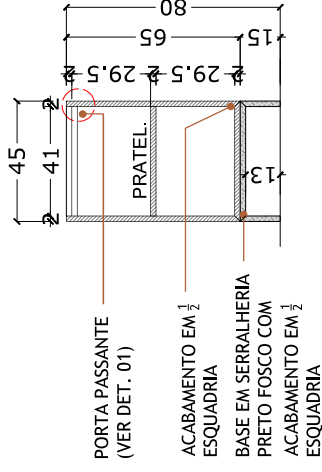
PROJETO DE REVESTIMENTOS
SALA PRESIDÊNCIA

SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

Palmyra Farinazzo Reis Repette
CREA-SC: 085.995-2

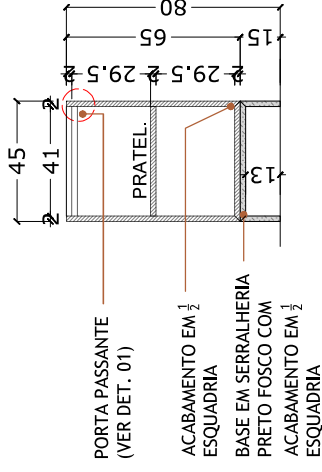
DESENHO:	Gabriela Fontana	ESCALA:	
DATA:	Setembro 2024	ARQUIVO:	ISEDE_101DETALHAMENTO MOBILIÁRIO

02/07



6 CORTE - BALCÃO





6 CORTE - BALCÃO

LEGENDA		
NOMENCLATURA	ESPECIFICAÇÃO	
M01	MDF Freijó Puro - Essencial Wood	
M02	MDF Cinza Fóssil - Velluto	
M03	MDF Branco Diamante - Acetinatta	
M04	MDF Cinza Sagrado - Essencial	
M05	MDF Ultra Freijó Puro - Essencial Wood	
M06	MDF Ultra Branco Diamante - Essencial	
P01	Mármore Branco Paraná	
P02	Granito Via Láctea Polido	

OBSERVAÇÕES

1. Todas as medidas estão em centímetros.
2. A empresa contratada para execução deste projeto deverá conferir "in loco" todas as dimensões.
3. A empresa contratada para execução deste serviço responsabilizar-se-á pela completa execução e funcionalidade.
4. Todos os materiais estão especificados no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos.

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



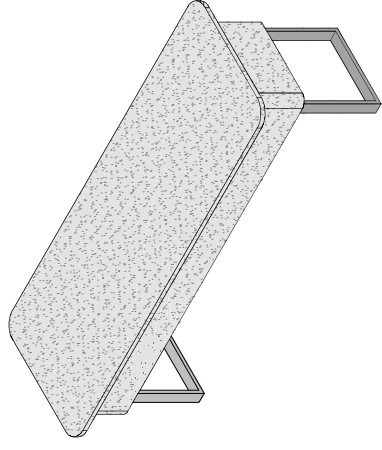
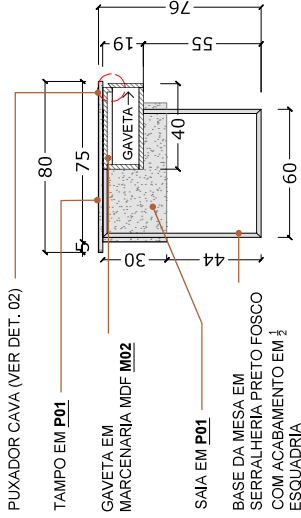
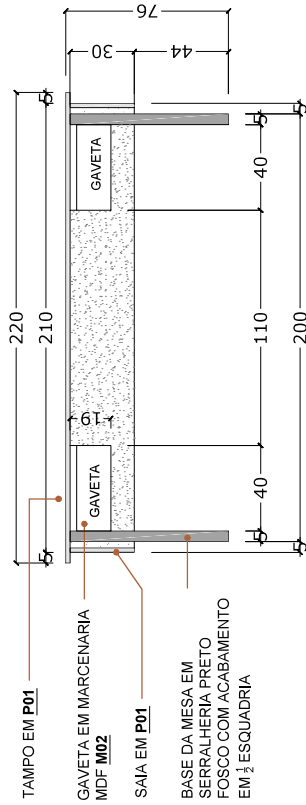
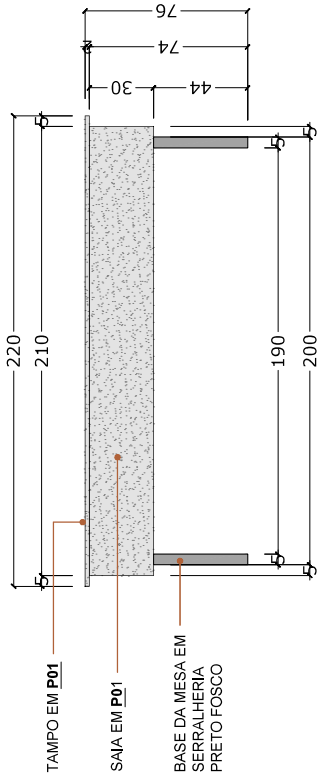
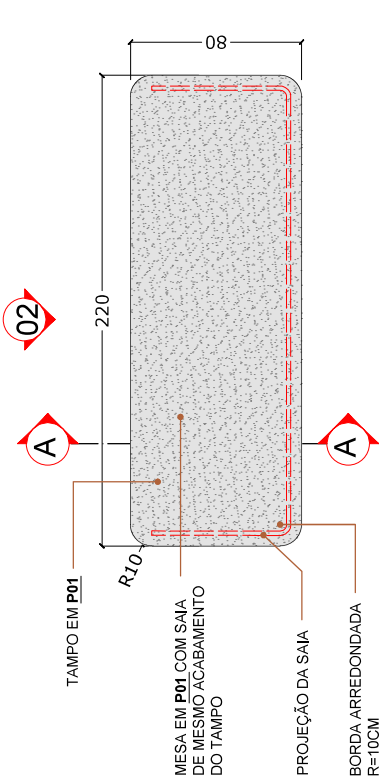
PRÉDIO SEDE - 10º ANDAR

U.C. PROJETO DE REVESTIMENTOS

	SALA PR
SECCIÓN DE INGENIERÍA Y ARQUITECTURA:	SECCIÓN DE INGENIERÍA Y ARQUITECTURA:

<p>Palmyra Farinazzo Reis Repette CPEA-SC: 085.905-2</p>	<p>Gabriela Fontana Técnica Judiciária</p>	<p>Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina CNEP: 05.858.851/0001-533</p>
---	---	---

DESENHO:	Gabriela Fontana	ESCALA:	INDICADA
DATA:	Setembro 2024	REVISÃO:	02
		ARQUIVO:	



12

PERSPECTIVA

SEM ESCALA

LEGENDA	
NOMENCLATURA	ESPECIFICAÇÃO
M01	MDF Freijó Puro - Essencial Wood
M02	MDF Cinza Fossil - Velluto
M03	MDF Branco Diamante - Acetinatta
M04	MDF Cinza Sagrado - Essencial
M05	MDF Ultra Freijó Puro - Essencial Wood
M06	MDF Ultra Branco Diamante - Essencial
P01	Mármore Branco Paraná
P02	Granito Via Látex Polido

OBSERVAÇÕES

- Todas as medidas estão em centímetros.
- A empresa contratada para execução deste projeto deverá conferir "in loco" todas as dimensões.
- A empresa contratada para execução deste serviço responsabilizar-se-á pela completa execução e funcionalidade.
- Todos os materiais estão especificados no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



LOCAL
PRÉDIO SEDE - 10º ANDAR
RUA ESTEVES JÚNIOR, 68 - CENTRO - FLORIANÓPOLIS/SC

PROJETO DE REVESTIMENTOS

SALA PRESIDÊNCIA

SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

PROPRIETÁRIO

Palmyra Farnazzo Reis Repette
CREA-SC: 085.995-2

Gabriela Fontana
Técnica Judiciária

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina
CNPJ: 06.898.851/0001-08

DESENHO
Gabriela Fontana

ESCALA
INDICADA

ARQUIVO
REVISÃO: 03

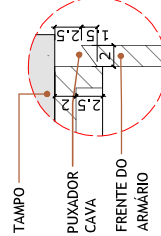
PRINCHA

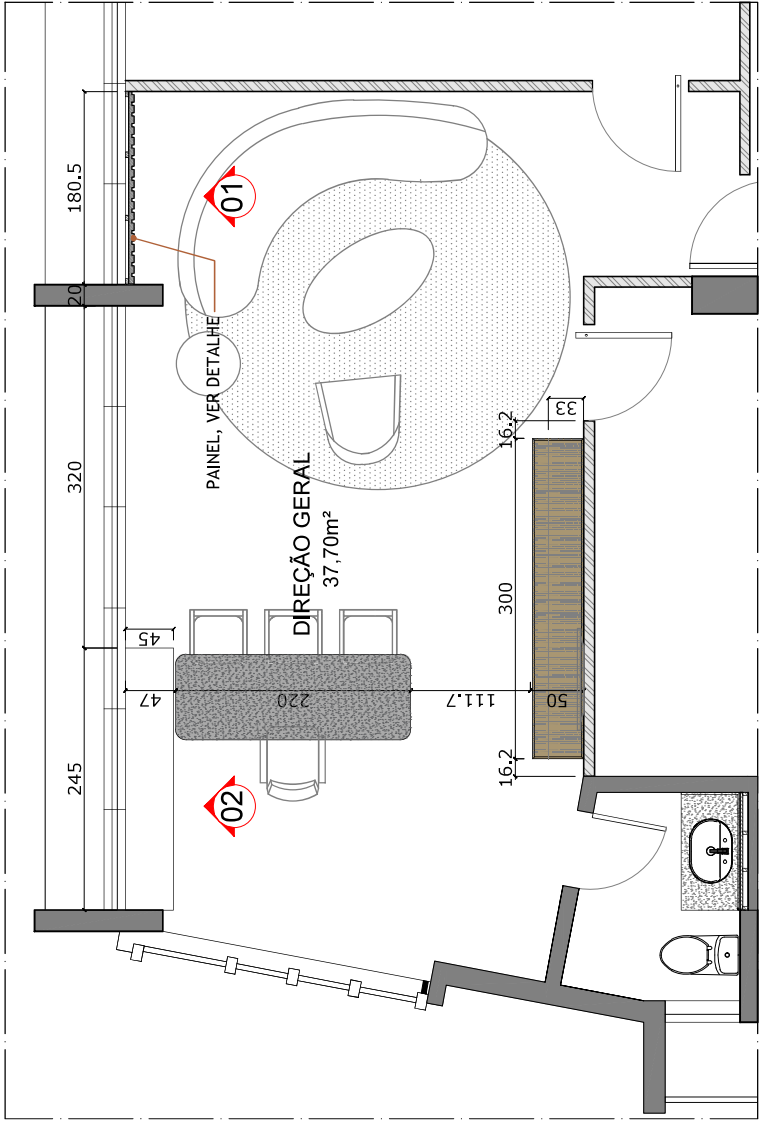
04/07

13

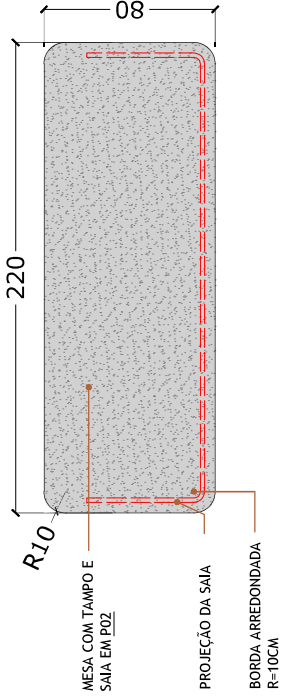
DETALHE 2

ESCALA: 1/5





14 PLANTA BAIXA - DIREÇÃO GERAL
ESCALA: 1/50



15 PLANTA BAIXA - MESA DIREÇÃO GERAL
ESCALA: 1/25


MESA NO MESMO MODELO DA
PRESIDÊNCIA, VER FOLHA 04/06

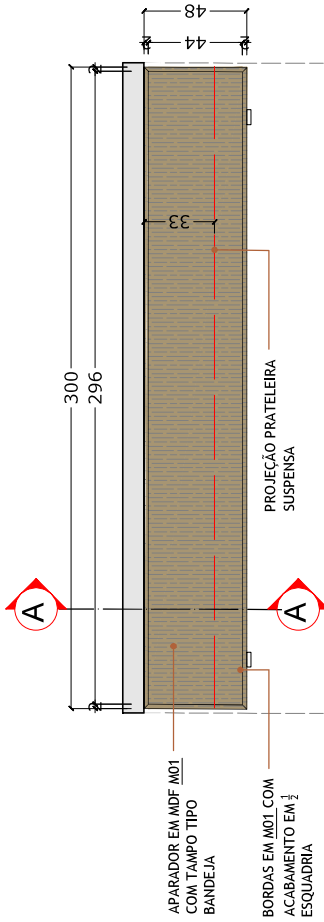
LEGENDA	
NOMENCLATURA	ESPECIFICAÇÃO
M01	MDF Freijó Puro - Essencial Wood
M02	MDF Cinza Fóssil - Velluto
M03	MDF Branco Diamante - Acetinatta
M04	MDF Cinza Sagrado - Essencial
M05	MDF Ultra Freijó Puro - Essencial Wood
M06	MDF Ultra Branco Diamante - Essencial
P01	Mármore Branco Paraná
P02	Granito Via Látex Polido

OBSERVAÇÕES

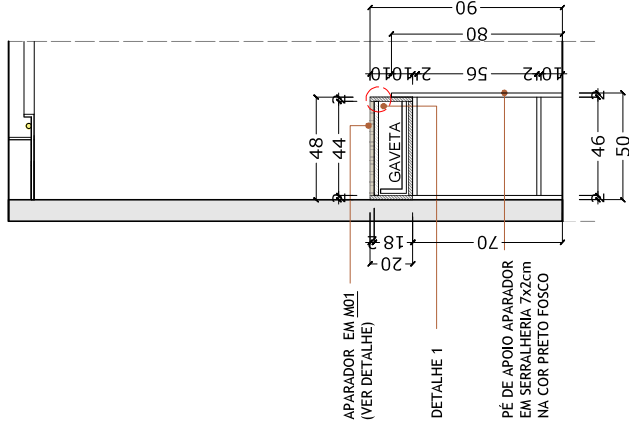
- Todas as medidas estão em centímetros.
- A empresa contratada para execução deste projeto deverá conferir "in loco" todas as dimensões.
- A empresa contratada para execução deste serviço responsabilizar-se-á pela completa execução e funcionalidade.
- Todos os materiais estão especificados no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

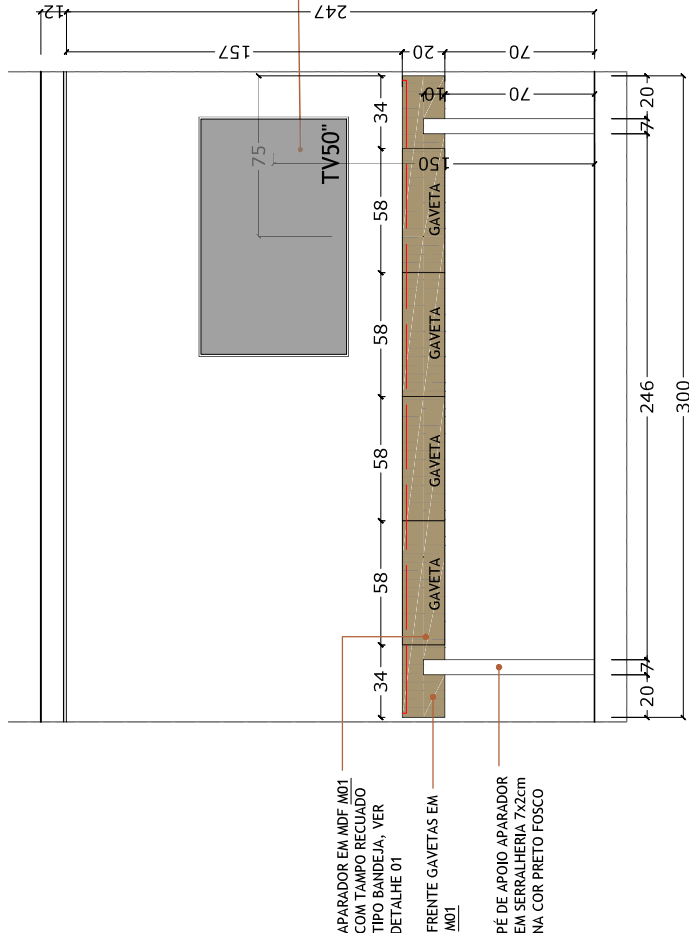
	
LOCAL	PREDIO SEDE - 10º ANDAR
RUA ESTEVES JÚNIOR 68 - CENTRO - FLORIANÓPOLIS/SC	
PROJETO DE REVESTIMENTOS	
SALA DIREÇÃO GERAL	
SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	PROPRIETÁRIO
Palmira Farnazzo Reis Repette CREA-SC: 085.995-2	Gabriela Fontana Técnica Judiciária
DISENHO	INDICAÇÃO
Gabriela Fontana	
DATA	REVISÃO
Setembro 2024	02
ARQUIVO	DESENO DETALHAMENTO INSULIARDO
PRONCHIA	05/07



16 PLANTA BAIXA - APARADOR
ESCALA: 1/20



18 CORTE AA
ESCALA: 1/25



17 VISTA 02 - DIREÇÃO GERAL
ESCALA: 1/25

19 DETALHE 01
ESCALA: 1/5




LEGENDA

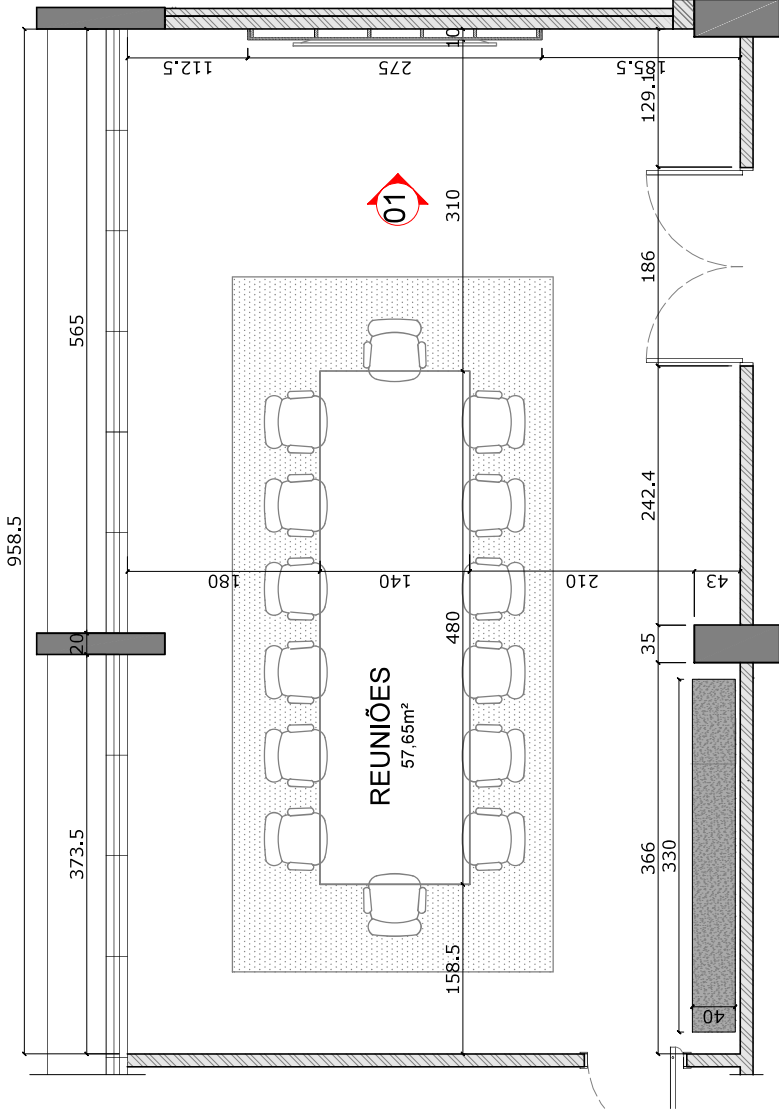
NOMENCLATURA	ESPECIFICAÇÃO
M01	MDF Freijó Puro - Essencial Wood
M02	MDF Cinza Fossil - Velluto
M03	MDF Branco Diamante - Acetinatta
M04	MDF Cinza Sagrado - Essencial
M05	MDF Ultra Freijó Puro - Essencial Wood
M06	MDF Ultra Branco Diamante - Essencial
P01	Mármore Branco Paraná
P02	Granito Via Látex Polido

OBSERVAÇÕES

- Todas as medidas estão em centímetros.
- A empresa contratada para execução deste projeto deverá conferir "in loco" todas as dimensões.
- A empresa contratada para execução deste serviço responsabilizar-se-á pela completa execução e funcionalidade.
- Todos os materiais estão especificados no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

		LOCAL PRÉDIO SEDE - 10º ANDAR RUA ESTEVES JÚNIOR, 68 - CENTRO - FLORIANÓPOLIS/SC
PROJETO EXECUTIVO		PROPRIETÁRIO
SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA		SALA DIREÇÃO GERAL
PROJETO DE REVESTIMENTOS		
DISENHO Palmyra Farnazzo Reis Repette CREA-SC: 085.995-2		INDICADA Gabriela Fontana Técnica Judiciária
DATA Outubro 2024		REVISÃO 03
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina CNPJ: 06.958.811/0001-08		PRINCIPAIS 06/07



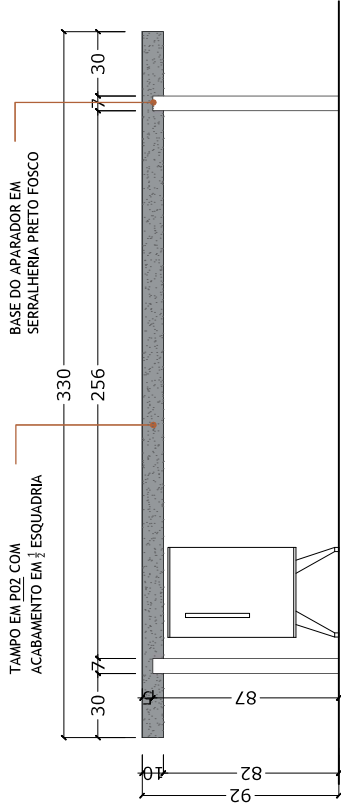
20 PLANTA BAIXA - SALA DE REUNIÕES

ESCALA: 1/50



22 CORTE - APARADOR

ESCALA: 1/25



21 VISTA FRONTAL - APARADOR

ESCALA: 1/25


LEGENDA	
NOMENCLATURA	ESPECIFICAÇÃO
M01	MDF Freijó Puro - Essencial Wood
M02	MDF Cinza Fóssil - Velluto
M03	MDF Branco Diamante - Acetinatta
M04	MDF Cinza Sagrado - Essencial
M05	MDF Ultra Freijó Puro - Essencial Wood
M06	MDF Ultra Branco Diamante - Essencial
P01	Mármore Branco Paraná
P02	Granito Via Látex Polido

OBSERVAÇÕES

- Todas as medidas estão em centímetros.
- A empresa contratada para execução deste projeto deverá conferir "in loco" todas as dimensões.
- A empresa contratada para execução deste serviço responsabilizar-se-á pela completa execução e funcionalidade.
- Todos os materiais estão especificados no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos

Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



LOCAL		PRÉDIO SEDE - 10º ANDAR	
		RUA ESTEVES JÚNIOR, 68 - CENTRO - FLORIANÓPOLIS/SC	
		PROJETO EXECUTIVO	
		PROJETO DE REVESTIMENTOS	
SALA DE REUNIÕES			
SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA		PROPRIETÁRIO	
Palmyra Farnazzo Reis Repette CREA-SC: 085.995-2		Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina CNPJ: 06.958.851/0001-08	
SEÇÃO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA		PRINCHA	
DRESENHO		INDICADA	
Gabiela Fontana			
DATA		ARQUIVO	
07/07		03	